

Ass. *Parlamentares descreem*
da Comissão nomeada
FOLHA DE SÃO PAULO

22 AGO 1985

Da Sucursal de Brasília

Praticamente todos os congressistas sem responsabilidade de liderança descreem da importância do trabalho da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, nomeada pelo governo, a fim de recolher subsídios para a Constituinte que se reunirá em 1987.

"É uma pantomima". Foi assim que o vice-líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Neto (RJ), 64, definiu a iniciativa do governo, ao acentuar que a Comissão não acrescentará nada à Assembleia Nacional Constituinte. Para o vice-líder do PT na Câmara, deputado José Genoíno (SP), 49, a Comissão "é um elefante branco biônico, uma comissão boba que vai elaborar uma Constituição que não haverá".

A crítica menos severa foi a do antigo constituinte de 1946, deputado Ernani Sátiro (PDS-PB), 73, para quem a demora na indicação de seus integrantes "desprestigiou a própria Comissão". O deputado acrescentou que "é preciso, no entanto, evitar os excessos de prevenção ou de receptividade à ideia", destacando a capacidade do ex-ministro Afonso Arinos, que vai presidir-la: "Se o trabalho da Comissão será aceito, ou não, isso é outro problema. A Constituinte de 87 vai ser muito convulsionada".

Composição

Muitas declarações foram feitas também à composição da Comissão, julgada elitista. Parlamentares de Minas Gerais observaram, por

exemplo, embora nem queressem assumir a crítica, que o médico oftalmologista Milton Rocha "é homem respeitável em sua atividade profissional, mas de pensamento político direitista".

O relator da comissão mista do projeto do governo de convocação da Constituinte, deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP), 46, é de opinião que os parlamentares que vão preparar a nova Carta, em 87, "não devem deixar-se influir pela Comissão". A seu ver, ela poderá fazer um trabalho útil ou inútil, mas que dificilmente será seguido pelos constituintes. Bierrembach defende a constituição de comissões de reforma em todas as Casas legislativas do País. Antes da Constituinte, no entanto, ele acha indispensável que a atual Constituição seja revista, visando — como disse — "à neutralização do entulho autoritário". Seriam feitas alterações em dezessete itens da Carta em vigor, para que os constituintes elaborassem uma nova Constituição a salvo do arbítrio ou vendo atendidas as aspirações imediatas da sociedade. Entre os itens a serem modificados, citou a eliminação do princípio que permite a jurisdição penal militar para os civis em tempo de paz.

A impressão dominante, entre os políticos, é a de que o gesto de Fábio Comperato — que não quis participar da Comissão — será seguido por outros indicados àquele organismo. Com a grande quantidade de nomes que a integram, também se acha impossível que ela funcione.

ANC 88
Pasta 08/85
09/1985

Emendas assinadas 2 vezes são retificadas e aceitas

Da Sucursal de Brasília

O presidente da comissão mista que aprecia a proposta do governo de convocação da Constituinte, senador Helvídio Nunes (PDS-PI), recebeu ontem quatro das seis emendas parlamentares que foram apresentadas de forma irregular, sem o número de assinaturas exigidas pelo regimento comum e com assinaturas repetidas.

Nos casos de assinaturas duplas, uma delas foi rejeitada e o parlamentar, autor da emenda, recebeu novo prazo, vencido ontem para outros colegas, a fim de repor as que faltavam. Estavam nessa situação as emendas dos deputados Nelson Marchezan (PDS-RS), Domingos Leonelli (PMDB-BA), Jorge Uequed (PMDB-RS) e o senador Itamar Franco (PMDB-MG), que dispunha de duas emendas e retirou uma delas e complementou o número de assinaturas exigidas para a outra. O deputado Victor Faccione (PDS-RS), candidato à Prefeitura de Porto Alegre (RS),

desistiu de repor as assinaturas em falta e preferiu que seu projeto de emenda se transformasse em subsídio para o relator.

"Safadeza". Assim o líder do PDT, deputado Nadyr Rossetti (RS), classificou a decisão do presidente da comissão mista, considerando-se prejudicado porque não conseguiu as assinaturas no prazo estipulado e retirou sua emenda. Ele anunciou que vai recorrer à comissão de justiça do Senado, sob o argumento de que houve discriminação em favor de emendas com assinaturas repetidas.

Assim como Nadyr Rossetti, foram prejudicados os deputados Alberto Goldmann (PCB-SP) e Plínio Arruda Sampaio (PT-SP), ambos porque preferiram obedecer o que dispõe o regimento interno e não forçaram a apresentação de emendas sem as assinaturas necessárias. Seus projetos poderão servir de subsídio para o relator mas não terão tratamento formal para fins de destaque durante a votação em plenário.

Prestes apóia emenda Marchezan

Da Sucursal de Brasília

O ex-secretário do Partido Comunista Brasileiro e ex-senador da Constituinte de 1946, Luís Carlos Prestes, disse ontem que vê com maior interesse a proposta de emenda do deputado Nelson Marchezan (PDS-RS) que antecipa a eleição da Constituinte e a convoca efetivamente, em vez de conferir funções constituintes aos deputados e senadores eleitos em novembro de 1986.

Segundo Prestes, "a mistura de funções", pretendida na mensagem do governo, "é suspeita". Nelson Marchezan também entende que a Assembleia Nacional Constituinte deva ser específica, dissolvendo-se ao término de seus trabalhos, quando for promulgada uma nova Carta.

O projeto de emenda do deputado

Marchezan foi acolhido ontem pela comissão mista que aprecia a mensagem do governo e aceito como "formalmente correto" depois que o parlamentar gaúcho repôs algumas assinaturas de deputados e senadores que faltavam para completar o número regimental exigido para apresentação de propostas.

Marchezan sugere que os integrantes da Constituinte sejam eleitos pelo sistema proporcional, segundo critério a ser fixado pelo Tribunal Superior Eleitoral. A proporção não deve exceder um constituinte para cada 250 mil habitantes, até vinte membros, e, além desse limite, um para cada 350 mil habitantes, com o ajuste necessário para que nenhum Estado tenha mais de 55 ou menos de quatro representantes.